

## O Programa Paraná Digital: contexto da produção do texto da política

Maria Ivete Basniak,  
Universidade Estadual do Paraná, Unespar, Brasil  
basniak2000@yahoo.com.br

Maria Tereza Carneiro Soares  
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil  
mariteufpr@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho objetiva discutir o contexto da produção do texto do Programa Paraná Digital (PRD). Utilizou-se da metodologia de ciclos de políticas de Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994), explicitada por um ciclo contínuo de três contextos principais: o contexto da influência, o da produção do texto e o da prática, sendo destacado, neste trabalho, o contexto da produção do texto. Os resultados mostram inúmeras mudanças que o documento sofreu ao longo do desenvolvimento do projeto, gerando revisões substantivas que alteraram o projeto inicial, principalmente devido à dificuldade no cumprimento dos prazos e a diferentes demandas que surgiram ao longo de seu desenvolvimento. Neste sentido, a metodologia do ciclo de políticas utilizada teve relevante importância para a análise do PRD, por permitir compreender importantes modificações que ocorrem na política por meio de um processo cíclico e não linear, em que disputas e embates garantem dinamicidade ao processo, de forma que a política seja constantemente res(significada) e re(construída).

**Palavras-chave:** Programa Paraná Digital; ciclo de políticas; políticas públicas; tecnologia educacional; inovações educacionais.

## El Programa Paraná Digital: contexto de la producción del texto de la política

**Resumen:** El presente trabajo objetiva discutir el contexto de la producción de texto del Programa Paraná Digital (PRD). Se utilizó la metodología de ciclos de políticas de Bowe, Ball y Gold (1992) e Ball (1994), explicitada por un ciclo continuo de tres contextos principales: el contexto de la influencia, de la producción del texto y de la práctica, siendo destacado el contexto de la producción del texto en ese trabajo. Los resultados muestran innumerables cambios que el documento sufrió a lo largo del desarrollo del proyecto, generando revisiones sustantivas del proyecto, que alteraron el proyecto inicial, debido principalmente a la dificultad en el cumplimiento de los plazos ya diferentes demandas que surgieron a lo largo de su desarrollo. En ese sentido, la metodología del ciclo de políticas utilizada, tuvo relevante importancia para el análisis del PRD, por permitir comprender importantes modificaciones que ocurren en la política por medio de un proceso cíclico y no lineal, en que disputas y embates garantizan la dinámica en ese proceso, de forma que la política sea constantemente re(significada) y re(construida).

**Palabras clave:** Programa Paraná Digital; educación; políticas públicas; tecnología educativa; innovaciones educativas.

### **Paraná Digital Program: context of the production of the policy text**

**Abstract:** The present work aims to discuss the context of the production of the text of the Paraná Digital Program (PRD). Bowe, Ball and Gold (1992) and Ball (1994) policy cycle approach was used, explained by a continuous cycle of three main contexts: the context of influence, of text production and the context of the practice, highlighting the context of the text production in this work. The results show numerous changes that the document suffered during the project development, generating substantive revisions which altered the initial project mainly due to the difficulty in meeting deadlines and the different demands that emerged throughout its development. In this sense, the methodology of the policy cycle used was paramount for the analysis of the PRD because it allows understanding important changes that occur in politics through a cyclical and non-linear process, in which disputes and clashes guarantee dynamicity to the process, so that policy is constantly meaning, signifying, and re(built).

**Keywords:** Paraná Digital Program; education; public policy; educational technology; Educational innovations.

### **Introduzindo o assunto e sua base metodológica**

O Projeto BRA/03/036 tem suas raízes no Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná (PROEM), o que significa, de acordo com a coordenadora administrativo-financeira do Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná (PQE) até 2002, e também Coordenadora Geral do PROEM de 2003 a dezembro de 2007, que “o Projeto BRA/03/036 estava inserido parcialmente dentro do PROEM; em outras palavras, era parcialmente financiado pelo PROEM, recursos oriundos de Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID”.

O presente trabalho objetiva discutir o contexto da produção do texto do PRD, por meio da análise dos textos da política e entrevistas com os principais técnicos, uma vez que, embora fundamentado em um texto principal, o programa contou com inúmeros textos complementares, entre revisões, relatórios e pareceres técnicos.

Então, utilizando a metodologia de ciclos de políticas de Bowe e Ball (1992 apud Mainardes, 2006) e Ball (1994), citada e utilizada por Mainardes (2006, 2007), e explicitada por um ciclo contínuo de três contextos principais: o contexto da influência, o da produção do texto e o contexto da prática, sendo destacado, nesse trabalho, o contexto da produção do texto<sup>1</sup>.

O ciclo de políticas é assim denominado por se compreender que os contextos se inter-relacionam, não sendo sequenciais ou temporais (MAINARDES, 2006).

Segundo Silva e Silva (2014, p. 12), “a utilização da abordagem do ciclo de políticas só começou no Brasil a partir dos anos 2000. Temos assim menos de duas décadas experimentado essa metodologia”. Ainda assim, sua pesquisa revela que, até fevereiro de 2014, 44 dissertações e 21 teses utilizam o ciclo de políticas (SILVA; SILVA, 2014).

Dentro do ciclo de políticas, o contexto da produção do texto está relacionado aos outros contextos: o da influência e o da prática, pois, como cita Silva e Silva (2014), “enquanto que o contexto da influência está ligado a interesses restritos e ideologias dogmáticas, o contexto do texto está articulado com a linguagem do interesse público mais geral”. Os autores destacam, ainda referenciando Mainardes (2006), que a política em si é representada por textos políticos com diferentes representações (textos oficiais, comentários formais e informais,

---

<sup>1</sup> A respeito da abordagem do ciclo de políticas, ver Mainardes (2006, 2007), Mainardes; Ferreira; Tello (2011); Mainardes; Marcondes (2009), Mainardes; Stremel (2015), Mainardes; Gandin (2013a, 2013b).

pronunciamentos oficiais, vídeos, etc.), de forma que os textos políticos têm implicações reais, que são materializadas dentro do contexto da prática (MAINARDES, 2006).

Então, tomando o Projeto BRA/03/036 como o documento oficial do PRD, consideraram-se os documentos do PROEM como textos secundários relacionados ao Programa Paraná Digital. Assim, o relatório inicial do PROEM, datado de 1997 é, de acordo com seu conteúdo, um relatório da situação da educação no Estado do Paraná na época, mais especificamente do Ensino Médio, sendo uma condição para firmar o empréstimo junto ao BID. “Desta forma, o Relatório objetiva atender o Capítulo IV, Artigo 4.01 (d) das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 950/OC-BR, enquanto condição prévia para viabilizar os desembolsos previstos no Programa” (PARANÁ, 1997, p. 2).

De acordo com Mainardes (2007, p. 104), “a arena da formulação de políticas, como qualquer arena, envolve contestações, conflitos, interesses e motivações”. O autor destaca ainda, citando Ball (1994) que, tanto no contexto da influência quanto no contexto da produção do texto, nem todas as vozes são ouvidas, sendo privilegiadas algumas visões e interesses.

Tomando como texto oficial do Programa Paraná Digital o Projeto BRA/03/036, buscou-se identificar quando este documento começou a ser construído, e o responsável por sua escrita, quando da entrevista semiestruturada com o Coordenador do Portal 2003-2007. Realizou-se análise de outros documentos, além do Projeto BRA/03/036, dos textos seguintes: Documento Inicial do PROEM, relatórios parciais do PROEM, Revisão Substantiva do Paraná Digital. No confronto com as entrevistas semiestruturadas realizadas com o Coordenador do Portal 2003-2007, Secretário da Educação 2003-2008, Coordenadora do PROEM 2003, e com profissionais da educação, analisou-se:

- como os textos do PROEM se relacionam com o texto do Projeto BRA/03/036, e como influenciaram na sua escrita;
- os interesses e grupos de interesses representados na criação do texto da política, verificando quais vozes se fazem presentes ou não no texto;
- se houve espaços de discussão contando com a participação de todos os profissionais envolvidos no Programa;
- se houve a produção de textos secundários, motivados por quais necessidades e interesses;
- a quem se destina o texto da política, sua acessibilidade e linguagem, buscando identificar seu estilo, e se possui um caráter mais *escrivível* (*writerly*), *prescritivo* (*readerly*) ou combina diferentes estilos;
- inconsistências, contradições, ambiguidades no texto;
- como se previu a implantação, condução, acompanhamento e avaliação do programa.

### **O contexto da produção do texto da política**

Destacam-se (Quadro 1) as ações do PROEM relacionadas à informática e *softwares* educacionais nos anos de 1998 a 2002, constantes no relatório final do Programa, que influenciaram a criação do Programa Paraná Digital por serem consideradas insuficientes para

promover a inclusão digital e melhora da qualidade da educação. Ela é um dos fatores relacionados com a disponibilização de recursos de informática apenas às escolas do Ensino Médio.

**Quadro 1** - Ações do proem nos anos de 1998 a 2000

1998	<p>Foi organizada uma Feira de Informática que se realizou no período de 20 a 28 de julho de 1998, em Faxinal do Céu.</p> <p>As 918 escolas, localizadas nos municípios do estado do Paraná, puderam adquirir equipamentos de informática de qualidade por preços bem menores do que os de mercado.</p> <p>Com esta estratégia descentralizada, foi possível adquirir 1 394 microcomputadores a mais do que os previstos e 428 impressoras, além de diversos equipamentos adicionais.</p> <p>O valor total da compra dos equipamentos de informática foi R\$ 12.643.080,00, e atendeu 446 847 alunos da rede pública de ensino.</p> <p>Foi instituída a Comissão Estadual de Informatização das Escolas Públicas Paranaenses. Essa comissão é composta por técnicos do Programa Nacional de Apoio à Informatização da Educação, do MEC, da Companhia de Informática do Paraná, do PQE e do PROEM.</p>
1999	<p>Monitorou-se a entrega e instalação dos equipamentos adquiridos na Feira de Faxinal do Céu. Assim, para obter informações reais quanto ao processo de implementação dos laboratórios de informática, foram verificadas as condições físicas desses laboratórios, ou seja, as instalações da rede elétrica, lógica, condições de segurança, e a disposição correta das mesas ou bancadas para instalação dos microcomputadores e periféricos.</p> <p>Também foi feito o acompanhamento da entrega e instalação dos equipamentos adquiridos pelas escolas, através da verificação do cronograma de entrega e dos laudos de instalação, emitidos pelo responsável e assinados pelo diretor do estabelecimento de ensino ou seu substituto.</p> <p>Através dos registros dessas verificações, com a criação de um banco de dados, foi possível obter a real situação do processo de implementação dos laboratórios e determinar novas ações ou medidas que se fizeram necessárias para a continuidade adequada do processo como um todo.</p> <p>Das 918 escolas contempladas com a aquisição de equipamentos, 891, o que representa 97%, tiveram, neste ano, laboratórios instalados, sendo que 513 receberam a visita técnica da Comissão Estadual de Informática.</p>
2000	<p>Foi dada continuidade ao monitoramento da ação Aquisição de Equipamentos, através de visitas técnicas, ocasião em que foram verificadas as condições físicas dos laboratórios e os laudos de instalação, que caracterizam o laboratório como instalado e funcionando corretamente.</p> <p>Das 940 escolas com laboratórios de informática do PROEM e PROINFO, 655 já foram visitadas até este ano, ficando somente 10 escolas sem laboratórios funcionando.</p> <p>Discutiu-se um plano de manutenção para os equipamentos e a atualização de equipamentos já adquiridos. O número de escolas que possuíam computadores do PROEM e PROINFO no estado era de 1 053, totalizando 11 209 microcomputadores.</p> <p>O PROINFO fora criado em 1997, e além da implantação de laboratórios nas escolas, previa a capacitação de professores nos 13 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), distribuídos em pontos estratégicos do estado.</p> <p>O Programa já beneficiara, com laboratórios de informática, 135 escolas no Estado do Paraná, e capacitara 6 000 professores da rede pública do estado; para 2001 estava prevista a viabilização de laboratórios para mais 124 escolas, e a capacitação de mais 6 000 professores.</p> <p>O FUSTI - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações –, até 2002, pretendia atender as escolas da rede pública de Ensino Médio e de Educação Profissional, inclusive conectando-as à internet, observada a relação 25 alunos por microcomputador conectado. Para tanto seriam adquiridos e instalados equipamentos necessários, sendo que os recursos do programa provinham do faturamento de 1% das empresas brasileiras operadoras de telefonia.</p> <p>A contrapartida dos governos estaduais e municipais era oferecer instalações físicas</p>

	adequadas nas escolas, e capacitar recursos humanos para o programa, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo PROINFO e pela SEMTEC/MEC. A aquisição e instalação dos equipamentos seria feita pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, por intermédio de licitações regionais. Além dos equipamentos seria disponibilizada linha telefônica para o acesso das escolas à internet.
2001	O CETEPAR, através do convênio SEED/MEC, implantou 03 laboratórios em Faxinal do Céu, instalando 64 equipamentos além dos já instalados anteriormente, incrementando as instalações do Centro de Capacitação. O CETEPAR, através dos 13 Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE, capacitou 2 626 profissionais da educação.
2002	Cursos realizados: 97 cursos de formação continuada - 71 346 profissionais da Educação; 10 cursos de sensibilização, de formação continuada - 320 profissionais da Educação; 08 cursos de Metodologia Aplicada à Informática Educacional - 320 profissionais da Educação; 08 cursos de Atualização em Informática Instrumental - 320 profissionais da Educação; 11 cursos de Tecnologia no Processo de Ensino-Aprendizagem - 320 profissionais da Educação. TOTAL - 134 cursos para 2 626 profissionais da Educação. Compromisso da Gestão Escolar no Programa de Digitalização do Ensino Fundamental e Médio - 450 profissionais da Educação; I Encontro Estadual do Programa de Digitalização do Ensino Médio - 799 profissionais da Educação; II Encontro Estadual do Programa de Digitalização do Ensino Médio - 859 profissionais da Educação; Tecnologia e Cidadania - 444 profissionais da Educação. TOTAL – 2 552 profissionais da Educação

**Fonte:** Elaborado pelos autores, com base no documento PARANÁ (2006b).

Por estes dados não se consegue precisar o número de computadores adquiridos, pois o documento apenas menciona que foram adquiridos “1 394 a mais”, não fazendo referência à quantidade total comprada ou à quantidade de computadores de cada laboratório. O que se verifica é que esses equipamentos atenderam, até 2002, apenas as escolas com Ensino Médio, pois o Projeto BRA03/036 foi oficializado em 2003, de acordo com a Coordenadora Administrativo-Financeira do PQE até 2002, e também Coordenadora Geral do PROEM 2003-2007, que informou que o Projeto BRA/03/036 foi enviado ao BID para avaliação no início de dezembro de 2003, quando o Projeto já estava concluído.

O Projeto BRA/03/036, cuja data de início é de 19 de dezembro de 2003, quando foi assinado, quase um ano depois da mudança do governo do Estado, encontra-se no sítio<sup>2</sup> do PNUD. Não constam autores no documento; porém, ainda segundo a Coordenadora Administrativo-Financeira do PQE até 2002, e também Coordenadora Geral do PROEM 2003-2007: “[...] o documento foi escrito por diversos técnicos e revisado e aprovado pela Superintendente de Ensino (nome omitido) e pelo próprio Secretário da Educação (nome omitido)”.

O documento do Projeto é constituído por três eixos principais: Portal Dia a Dia Educação, fortalecimento e expansão dos NTE, e o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação através da implantação de laboratórios com conexão à internet. Assim, esses técnicos, cujas vozes se refletem no texto da política, envolveram os coordenadores e pessoas

<sup>2</sup> <[http://www.pnudbrasil.org.br/projetos/pobreza\\_desigualdade/visualiza.php?id07=59](http://www.pnudbrasil.org.br/projetos/pobreza_desigualdade/visualiza.php?id07=59)>.

ligadas ou que compunham as equipes de cada um dos eixos, que foram constituídos assim que o novo governador foi empossado, nomeando, na sequência, o Secretário da Educação e a Superintendente que ficaram encarregados de indicar os responsáveis por coordenar o projeto.

Neste sentido, o desenvolvimento do Portal Dia a dia Educação passou a ser coordenado por um analista de sistemas da Universidade Federal do Paraná, que dirigia o CEAPE (Centro de Assessoramento Pedagógico do Setor de Educação) desta instituição, formado em Pedagogia e que havia concluído recentemente o Mestrado em Tecnologia. Para sua dissertação, havia pesquisado diversos autores ligados ao conceito de aprendizagem colaborativa, o que contribuiu para mudar a concepção e, conseqüentemente, a estrutura inicial pensada para o Portal Educacional: a de ser apenas meio de acesso para que o professor pudesse utilizar fontes atuais e que, assim, pudesse melhorar a qualidade de suas aulas.

A ideia inicial era que o Portal fosse muito semelhante a um repositório de conteúdos educacionais, para o desenvolvimento e alimentação dos quais se cogitou, primeiramente, contratar doutores das universidades. Desta forma, além de ser um veículo de informação à comunidade educacional, com a intenção expressa no texto, ao citar a finalidade, de “[...] atingir toda comunidade educacional, por meio da disponibilização de informações e serviços [...]” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 6), o portal passou a agregar produções dos professores da própria rede estadual de ensino, tonando-se um “modelo colaborativo de produção, uso e disseminação de conteúdos educacionais na internet” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2009, p. 6).

O portal é caracterizado, no documento, como “[...] um produto eminentemente de inclusão digital, apresentando-se como uma ferramenta que possibilita e estimula a aplicação das novas tecnologias no dia-a-dia do professor e do aluno” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 7). É citado, também, seu “ineditismo em termos de políticas públicas e encaminhamentos pedagógicos”. Foi um projeto ousado e inovador para a época em que se desenvolveu, quando a disponibilização de conteúdos educacionais na internet ainda era incipiente e quase que exclusivamente realizada por professores de universidades. Possibilitar ao professor, que mais do que ninguém conhece a realidade da sala de aula, as dificuldades e necessidades dos alunos, um veículo de compartilhamento e troca de experiências com colegas de sala de aula é uma maneira legítima de dar voz ao professor, possibilitando divulgar suas experiências em sala de aula e contribuir com a prática de colegas e vice-versa.

Por outro lado, em nenhum momento do projeto, os professores haviam sido consultados diretamente sobre sua visão em relação à constituição do portal, sua organização, formatação e em relação a passarem a produzir conteúdos. De acordo com o coordenador do portal 2003-2007, a consulta ocorreu de forma indireta, através dos professores que atuavam nos eixos do projeto: “[...] interagíamos com as equipes pedagógicas da SEED e com alguns integrantes da CRTE, mas devido aos prazos não tivemos tempo hábil de promovermos uma discussão mais ampla” (Coordenador do Portal Dia a dia Educação 2003-2007, jun. 2013).

Os professores não foram ouvidos diretamente sobre sua opinião em relação à criação e formatação do modelo do portal, o que pode ter sido visto pelos envolvidos como uma imposição, sendo encarado, pelo professor, como mais uma tarefa a ser agregada a sua carga de trabalho, constituindo-se como obrigação a ser cumprida para conseguir elevação de nível na carreira, já que uma forma de incentivar o professor a produzir conteúdos para o portal foi conceder pontuação para sua ascensão funcional.

Produzir conteúdo para ser disponibilizado era algo novo para a maioria dos professores, pois, com a sobrecarga de aulas, a maioria deles não registra suas produções e, desta forma, suas experiências se *evaporam* na prática. Entretanto, como não escolheram ter um espaço para registrar suas experiências, e o modelo proposto era algo inovador em seu formato, o professor não estava preparado para essa tarefa, sendo necessária sua formação para que pudesse entender e desempenhar seu novo papel.

Já prevendo essa necessidade do professor, principalmente pela inabilidade em trabalhar com recursos informáticos e midiáticos, outro eixo do projeto contemplava o *Programa de fortalecimento dos NTE*. Até então, os Núcleos de Tecnologia no Estado do Paraná eram em número de 13, com 66 profissionais, denominados multiplicadores, que atuavam nesses NTE, vinculados ao CETEPAR e aos NRE, fornecendo cursos de informática instrumental gratuitos aos professores.

A coordenação deste eixo foi assumida por uma dessas multiplicadoras, que atuava no NTE desde 1998, e estava concluindo o Mestrado em Educação, cujo título do trabalho foi *O computador na escola: as contradições emergentes das políticas públicas PROINFO e PROEM*. Portanto, conhecia o trabalho no NTE na prática, e sua formação lhe permitia uma análise das deficiências dos programas nacional e estadual em relação à inserção de computadores no ensino.

O texto do projeto aponta que havia deficiências em relação aos Núcleos de Tecnologias na Educação, faltando uma estrutura mínima de funcionamento para esses núcleos. Indica que havia necessidade de rever a forma de funcionamento desses núcleos através do estabelecimento de “padrões mínimos de funcionamento e atuação, implementando-os, então nos NTEs existentes” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 9), e que a partir de tal definição seria expandida a quantidade dos NTE, já de acordo com a estrutura determinada, sendo previstos como produtos:

1. Padrões mínimos dos NTEs desenhados e disseminados;
2. Plano de desenvolvimento dos NTEs concebido e implementado;
3. Módulo de ensino sobre tecnologias educacionais e recursos didáticos elaborado e validado pelas instituições de ensino superior;
4. Programa de formação continuada no uso de tecnologias educativas, com foco no uso do Portal Dia a dia Educação e na sua aplicação pedagógica em sala de aula, elaborado e implementado (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 9).

O texto não explicita como isso ocorreria, o que fornece indícios de que este item ainda se encontrava em discussão ou reformulação. Em outras palavras, primeiramente buscou-se estabelecer os meios de acesso, para depois determinar como a forma de apropriação ocorreria.

O terceiro eixo trata do “[...] acesso às novas tecnologias de informação e comunicação universalizado na rede pública de educação básica do Paraná” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 9). Ou seja, refere-se à estrutura física necessária para que os professores pudessem ter acesso a fontes atualizadas de informação e, principalmente, ao Portal Dia a Dia Educação. Esta estrutura ficou sob a coordenação de uma pessoa que foi diretor de operações de uma distribuidora de peças e partes para computador, possuindo especialização em *software* livre pela Universidade Federal do Paraná, instituição com a qual se firmou forte parceria, via Centro de Computação Científica e Software Livre.

O Centro passou a trabalhar no desenvolvimento e implantação de um sistema de laboratórios de informática com baixo custo e grande desempenho, definindo, assim, um novo modelo de sistema capaz de diminuir os custos com *hardware*. Desenvolveu-se um modelo de

laboratório, denominado multiterminal ou *four head*, nos quais se puderam conectar conjuntos de quatro monitores, mouses e teclados a uma única CPU, que funcionava interligada a um servidor. Além do fato de reduzir os custos com *hardware* em 40%, mencionado nos documentos como o destaque a esses modelos de laboratórios, sendo o que também influenciou a decisão e escolha por esse formato, podem ser levantados outros aspectos relevantes em relação a essa opção, relacionados à autonomia no desenvolvimento e gerenciamento da rede. Paralelamente ao modelo físico dos laboratórios, desenvolveu-se, também, um sistema de gerenciamento dos laboratórios de informática totalmente em *software* livre.

Além disso, mencionado no documento como o quarto eixo, que não aparece na definição inicial, está o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação do Programa Paraná Digital. Este sistema foi desenvolvido para as escolas e permitiu ao estado, além da economia, desvencilhar-se da submissão às empresas fornecedoras de *hardware* e *software*, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia pela nossa nação, que pode ser interpretado, conforme Vieira Pinto (2005), como os primeiros passos de uma nação subdesenvolvida em mudar os rumos do seu desenvolvimento tecnológico, desvencilhando-se da submissão às nações desenvolvidas.

Por outro lado, com isso, o Estado aumenta seu poder e sua capacidade de controle em relação aos conteúdos que são acessados nos computadores, possuindo, inclusive, o poder e o controle do que pode ou não ser acessado pela rede de computadores. Desta forma, nenhum programa pode ser instalado nos computadores sem que passe pelo consentimento daqueles que têm o poder no Estado, e inúmeros sites (entre os quais blogs e jogos, inclusive educacionais) são bloqueados e impedidos de serem acessados nos computadores dos laboratórios.

Analisando a situação a partir das colocações de Vieira Pinto (2005), pode-se afirmar que tais ações são iniciativas para o próprio desenvolvimento tecnológico, desvencilhando-se do controle daqueles que detêm o poder. Embora o projeto seja parcialmente financiado por uma organização internacional, Vieira Pinto (2005) alerta que recursos, ainda que insuficientes, são sempre suficientes para proporcionar os primeiros passos rumo ao que se pretende alcançar. Para ilustrar esta afirmação, a parceria com a universidade permitiu o desenvolvimento de um novo modelo de laboratórios e da criação de um sistema autônomo de gerenciamento de dados, desenvolvido totalmente em *software* livre, outro fator importante ao se discutir liberdade tecnológica. Segundo relato do governador na época, a opção por *software* livre não foi só uma questão de custo, mas “[...] uma questão de liberdade, de fugir dos *softwares* proprietários, da escravização das multinacionais. Porque você compra um *software*, daí você vai mudar, tem que comprar outro” (Depoimento do Governador do Estado do Paraná 2003-2009, jul. 2013).

O *software* livre consolidou-se em todas as entidades do estado, oficializado através do Decreto 5.111 de 19 de julho de 2005, em que o governo determinou que todos os “programas de computador de titularidade de entidades da Administração Estadual, direta e indireta, deverão ser licenciados por meio de Licença Pública Geral da Administração Pública (LPG-AP)” (PARANÁ, 2005c).

Tal opção, para a qual também não fora consultada a comunidade escolar, sofreu influência do diretor da Celear de 2003 a 2006, um dos precursores do movimento de *software* livre no Brasil, estando à frente dos principais eventos de *software* livre como, por exemplo, a coordenação do I Fórum Internacional de Software Livre (Porto Alegre, 2000), um dos maiores eventos de *software* livre do mundo. Como diretor da Celear de 2003 a 2006, acompanhou todos os projetos que envolviam a criação e o desenvolvimento de *software*, como a criação do correio eletrônico expresso e do ambiente colaborativo do Portal Dia a Dia Educação. Assim, lê-se no

texto argumentação consistente em relação ao *software* livre, não apenas no que diz respeito à redução de custo, também a outros fatores:

Para a execução dessas ações, optou-se pelo uso do software livre, o que confere um caráter inovador ao Projeto e representa a quebra de um paradigma na área tecnológica. A rede de Softwares Livres no Brasil tem se fortalecido dia-a-dia em decorrência, fundamentalmente, de dois fatores: redução de custos, porque abrange programas livres de pagamento de royalties e possibilita a expansão da vida útil de equipamentos existentes, reduzindo a obsolescência, e autonomia de adaptação às necessidades específicas, já que são abertos a modificações de acordo com o perfil de usuário, fomentando também a pesquisa em torno destas tecnologias para democratizar ainda mais o acesso à informação e conhecimento.

A opção por esse tipo de plataforma reduz, assim, o montante necessário para a aquisição e é imprescindível para a sustentabilidade do Projeto, pois reduz significativamente os custos de manutenção, atualização e expansão da estrutura a ser implantada (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 9-10).

No texto do Projeto BRA/03/036, o primeiro item que estabelece os elementos relevantes a serem considerados para evitar *os riscos* na implementação do projeto chama a atenção para “a participação de todos os envolvidos no processo”, por tratar-se de uma “proposta essencialmente colaborativa” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 3). Porém, como já mencionado, contraditoriamente, na elaboração do projeto não houve consulta à comunidade escolar, de acordo com o que os professores, diretores, pedagogos e funcionários declararam nas entrevistas realizadas. Observa-se o caráter prescritivo que o texto apresenta em sua redação, o que pode ser verificado nos trechos citados anteriormente, em que a linguagem utilizada não permite que o leitor seja convidado a participar do texto. Observa-se, ao continuar a tratar dos outros elementos para se evitar riscos na implementação, referindo-se à necessidade do projeto,

[...] estar integrado a uma série de iniciativas presenciais e atrelado a outros projetos da SEED/PR para que ocorra de fato uma mudança cultural, não só em relação à colaboração, como também ao uso otimizado dos recursos computacionais existentes nas instituições de ensino, muitas vezes monopolizados pela administração da escola.

Outro fator a ser considerado no contexto da colaboração refere-se à necessidade de capacitação do professorado para que ocorra a transposição didática do conhecimento do hipermeio, que implica o domínio de uma forma de linguagem escrita diferenciada e compreensão dos diversos recursos disponíveis na web bem como o estímulo contínuo ao uso através de espaços específicos com tecnologias para docentes (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 3).

Nota-se que o texto prescreve que o projeto deve se ligar a outros como uma condição para a necessidade de haver uma mudança cultural. Portanto, parece que o texto dita quando e como deve se dar a mudança da cultura escolar, sem dar voz àqueles que serão parte dessas mudanças. Não há possibilidade de discussão em relação a essa mudança, o que também se observa no que concerne à capacitação dos professores, cujo texto deixa explícito como deve ocorrer, sem mencionar debates sobre o tema ou permitir qualquer discussão em relação a isso.

O documento até aqui tratado refere-se à formalização da cooperação técnica internacional que foi firmada com o PNUD que, como o projeto aponta, fez-se necessária devido “[...] às dificuldades de implementação do componente ‘Informática Educativa’ do acordo de empréstimo que possui com o Banco Interamericano de Desenvolvimento” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 11, grifos originais). Desta forma, o convênio com o PNUD teve como intenção possibilitar o empenho dos equipamentos de *hardware* ainda em 2003, para que fosse possível efetuar a compra no ano seguinte. Somente se houvesse acompanhamento de um organismo internacional ligado à ONU seria viável (por questão de prazo) fazer o empenho ainda naquele ano, e a compra de equipamentos no ano seguinte e, desta forma garantir-se-ia o financiamento.

“A decisão de usar o PNUD foi porque, se nós fizéssemos o convênio, nós faríamos o empenho naquele ano. Naquele ano ainda, e a compra seria no ano seguinte. Mas aí o empenho já estava feito, e nós garantimos o recurso” (Secretário da Educação 2003-2008, jan. 2014), visto que como menciona o documento: “O prazo de vigência do acordo com o BID está próximo do término, já tendo sido iniciadas negociações para sua extensão para viabilizar a realização de todas as ações previstas. Assim, a rapidez na execução das ações é imprescindível” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 11).

Desta forma, o PNUD teve papel de *avalista* no empréstimo internacional firmado junto ao BID, tendo a função de contratar uma avaliação externa, elaborada pelos órgãos envolvidos em conjunto com o Termo de Referência. Foi realizada observando as diretrizes que orientam a avaliação para os resultados e produtos do projeto, fornecendo as garantias do cumprimento das ações, previstas através do desenvolvimento de

[...] atividades de apoio técnico ao planejamento, implementação, monitoria e avaliação do mesmo e assistência nos processos de aquisição de bens e serviços e utilização de insumos. O PNUD ainda colocará à disposição da SEED/PR seus mecanismos de preparação de documentos informativos, bem como de pagamentos diretos a prestadores de serviços contratados no âmbito do Projeto. O PNUD envidará esforços no sentido de capacitar a equipe da UGP na execução dos produtos e atividades previstos neste Projeto (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 13).

Enquanto o acordo com o PNUD era firmado para conseguir realizar o empenho e compra dos equipamentos o mais breve possível, um segundo pedido de prorrogação de prazo do financiamento do PROEM já havia sido enviado ao BID. No acordo com o PNUD, ficou claro que o Projeto BRA/03/036 poderia “sofrer adequações sugeridas pelo Diretor Nacional do Projeto, bem como pelo Representante Residente do PNUD, à medida que sua necessidade se justifique no âmbito do documento de projeto acordado com o Governo” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 14). Entretanto, tais alterações, revisões ou reformulações teriam que ser analisadas pelo BID.

O primeiro pedido de prorrogação de prazo (novembro de 2001) foi realizado ainda pelo governo que firmara o empréstimo com o BID, no valor total do investimento de duzentos e vinte e dois milhões de dólares, sendo cem milhões emprestados do BID, e o restante, cento e vinte e dois milhões, contrapartida do estado. O último valor passou a ser igual ao primeiro, desde o segundo pedido de prorrogação de prazo (outubro de 2003), a partir de quando cinquenta por cento foi contrapartida do Estado e, a outra metade, empréstimo do BID. Isto pode ser observado no Quadro 2, que compara os valores dos quatro pedidos de prorrogação de prazo:

**Quadro 2** - Valores referentes ao projeto BRA/03/36

Data do documento	nov. 2001	out. 2003	nov. 2005	set. 2006
Prazo de comprometimento dos recursos	23/12/2001	23/09/2003	23/09/2005	23/10/2005
Prazo para desembolso do financiamento	23/12/2002	23/12/2003	23/12/2005	23/12/2006
Prorrogação de comprometimento dos recursos	23/06/2003	dois anos (23/09/2005?)	um mês (23/10/2005?)	
Prorrogação para desembolso do financiamento	23/12/2003	dois anos (23/12/2005?)	um ano (23/12/2006)	23/09/2007
Valores previstos	US\$ 222.000.000,00	US\$ 200.000.000,00	US\$ 200.000.000,00	US\$ 200.000.000,00
Valores desembolsados BID	US\$ 47.435.659,00	US\$ 56.400.000,00	US\$ 67.924.474,00	US\$ 88.163.823,00
Valores desembolsados pelo Estado	US\$ 45.352.310,00	US\$ 76.300.000,00	US\$ 85.721.679,00	US\$ 96.503.113,00
Valores totais desembolsados	US\$ 92.797.970,00	US\$ 132.800.000,00	US\$ 153.646.153,00	US\$ 184.666.937,00
Saldo	US\$ 129.202.030,00	US\$ 67.200.000,00	US\$ 46.353.847,00	US\$ 15.333.063,00
1 – Administração e Engenharia	US\$ 3.287.982,00	Não consta no documento	US\$ 4.395.811,00	US\$ 4.415.437,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 17.711.000,00	US\$ 17.711.000,00	US\$ 17.711.000,00	US\$ 17.711.000,00
2 – Custos Diretos	US\$ 88.863.988,00	Não consta no documento	US\$ 146.630.241,00	US\$ 176.762.975,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 176.050.000,00	US\$ 176.050.000,00	US\$ 176.050.000,00	US\$ 176.050.000,00
2.1 – Obras Cíveis	US\$ 64.533.802,00	Não consta no documento	US\$ 78.742.408,00	US\$ 85.300.842,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 70.050.000,00	US\$ 70.050.000,00	US\$ 70.050.000,00	US\$ 70.050.000,00
2.2 – Equipamentos	US\$ 21.310.292,00	Não consta no documento	US\$ 37.458.852,00	US\$ 55.294.182,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 54.449.000,00	US\$ 54.449.000,00	US\$ 54.449.000,00	US\$ 54.449.000,00
2.3 – Veículos	US\$ 0,00	Não consta no documento	US\$ 0,00	US\$ 0,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 823.000,00	US\$ 823.000,00	US\$ 823.000,00	US\$ 823.000,00
2.4 – Materiais Didáticos e Livros	US\$ 6.350,00	Não consta no documento	US\$ 9.451.693,00	US\$ 13.423.495,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 14.745.000,00	US\$ 14.745.000,00	US\$ 14.745.000,00	US\$ 14.745.000,00
2.5 – Capacitação	US\$ 930.052,00	Não consta no documento	US\$ 13.800.336,00	US\$ 15.244.022,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 26.603.000,00	US\$ 26.603.000,00	US\$ 26.603.000,00	US\$ 26.603.000,00
2.6 – Consultores	US\$ 2.083.492,00	Não consta no documento	US\$ 7.176.952,00	US\$ 7.500.434,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 9.380.000,00	US\$ 9.380.000,00	US\$ 9.380.000,00	US\$ 9.380.000,00

3 – Custos Recorrentes	US\$ 0,00	Não consta no documento	US\$ 1.856.101,00	US\$ 2.724.524,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 18.039.000,00	US\$ 18.039.000,00	US\$ 18.039.000,00	US\$ 18.039.000,00
4 – Inspeção e Supervisão	US\$ 646.000,00	Não consta no documento	US\$ 764.000,00	US\$ 764.000,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 1.000.000,00	US\$ 1.000.000,00	US\$ 1.000.000,00	US\$ 1.000.000,00
5 – Imprevistos	US\$ 0,00	Não consta no documento	US\$ 0,00	US\$ 0,00
Total previsto no item anterior*	US\$ 9.200.000,00	US\$ 9.200.000,00	US\$ 9.200.000,00	US\$ 9.200.000,00

**Fonte:** Elaborado pelos autores, com base nos documentos PARANÁ (2001, 2003, 2005b, 2006c).

Além de alterar o valor total do investimento, o segundo pedido de prorrogação de prazo (out. 2003) destaca as ações que focaram a aquisição de equipamentos de informática, que: “[...] tiveram um significativo impacto na melhoria da qualidade e incremento da oferta do ensino médio” (PARANÁ, 2003. p. 4). Observa-se no (Quadro 2) que quando o novo governo fez o pedido de prorrogação de prazo ainda havia um saldo de mais de sessenta e sete milhões de dólares, dos quais, de acordo com o documento que formaliza o convênio com o PNUD, mais da metade seria destinado ao Projeto BRA/03/036, ou seja, ao Programa Paraná Digital:

O valor dos recursos orçamentários deste Documento de Projeto é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) correspondente a US\$ 34,129,692.83 (trinta e quatro milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e noventa e dois dólares americanos e oitenta e três centavos), calculados à taxa de câmbio das Nações Unidas de dezembro de 2003. Este valor será objeto de ajustes segundo variação da taxa operacional das Nações Unidas durante a vigência do projeto (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 23-25).

Analisando os valores percebe-se que houve diminuição nos custos de engenharia em quase treze milhões de dólares. Na categoria custos diretos no (Quadro 2) verifica-se que foi gasto um pouco mais que o previsto, porém ainda havia um valor de quase dezesseis milhões a ser executado e o pedido de prorrogação de prazo de 2006 indica que foram comprometidos quase vinte milhões de dólares, e desses aproximadamente dezoito milhões são referentes a essa categoria. Portanto, o pedido de prorrogação de prazo de 2006 redirecionou as verbas para essa categoria, dentro da qual se identificou que o aumento mais significativo fora em obras civis; quase vinte e cinco milhões, dos quais foram gastos, até 2006, quinze milhões de dólares. Em equipamentos houve um aumento de quase dez milhões de dólares, estando apenas empenhados, até 2006, mais de nove milhões de dólares. indicador de que uma quantidade significativa das escolas ainda não estava com os laboratórios de informática funcionando. Todos os outros itens dentro da categoria de custos diretos (veículos, materiais pedagógicos e livros, capacitação de recursos humanos e serviços de consultoria) tiveram seus valores reduzidos, verificando-se uma diminuição de quase quinze milhões de dólares. Portanto, a necessidade de adequar a estrutura física das escolas para a instalação dos laboratórios elevou os custos na categoria de obras, assim como a compra dos equipamentos necessários.

Em capacitação houve redução de aproximadamente onze milhões de dólares, porém, é necessário observar que nem todas as escolas em 2006 estavam com os laboratórios funcionando.

Apresenta-se a seguir, as principais justificativas dos pedidos de prorrogação de prazo (Quadro 3):

**Quadro 3** - Justificativas para pedidos de prorrogação de prazo

Data	Justificativa
nov. 2001	<p>Crescimento da demanda por ensino médio mais rápido e superior ao projetado. Impacto na comunidade educacional da separação do ensino médio da educação profissional. Mudanças substantivas na legislação educacional com a promulgação da LDB em 1996. Implantação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal firmado entre o Governo Federal e o Estado do Paraná, que estabeleceu tetos máximos para investimentos (recursos externos e internos).</p> <p>Dificuldades técnicas em função da implementação descentralizada de algumas ações, como obras civis e aquisição de equipamentos de informática por meio de convênios com as APM.</p> <p>Mudanças no quadro institucional, nova gestão da SEED e Coordenação Geral do Programa.</p>
out. 2003	<p>Além dos argumentos arrolados no ano anterior:</p> <p>Previsão para a acomodação dos recursos realizada com base na expectativa de uma aceleração do ritmo na execução das ações do programa, porém houve uma descontinuidade. Decreto nº 35/2003, que suspendeu por um período de noventa dias os atos de efetivação e liquidação de despesas a conta de recursos provenientes de qualquer fonte. Alternância do governo do estado e mudanças em decorrência dos novos dirigentes também no governo federal. No último semestre de 2002 houve uma significativa alteração com a mudança da Secretária de Estado da Educação e da equipe de dirigentes do Gabinete, sendo interrompidas ações que estavam prestes a serem implementadas, como aquisição de livros e equipamentos para os laboratórios de Física, Química e Biologia e definição quanto à aquisição de <i>softwares</i> educacionais e equipamentos de informática para a gestão das escolas, Núcleos e Unidade Central.</p>
nov. 2005	<p>No item referente a essa questão no documento lê-se que é para cumprir os valores já comprometidos, concluindo as obras em andamento, pagando contratos firmados e finalizando a implementação do programa de forma satisfatória. Porém nas considerações iniciais tem-se como fatores justificando o pedido de prorrogação de prazo: O Edital da Licitação Internacional para a aquisição de equipamentos de informática – servidores, estações de trabalho e impressoras, executado em parceria com o PNUD foi publicado em 30/07/2004, mas devido a questionamentos de ordem técnica e jurídica entre duas grandes empresas fabricantes de processadores, o certame se estendeu até maio de 2005, totalizando mais de nove meses.</p> <p>A maioria dos certames instaurados pela FUNDEPAR e pela SEOP para a contratação das obras programadas resultou em licitações desertas e fracassadas. A sucessão de certames fracassados foi motivada pela pressão das empresas do mercado da construção civil em aumentar os valores fixados pela tabela de preços estabelecida pela Secretaria de Obras Públicas/Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção (DECOM), com valores máximos atualizados em 2000.</p>
set. 2006	<p>Continuidade do pagamento dos valores já contratados com o financiamento do PROEM, e ainda, garantir a conclusão de ações em andamento. Necessidade de adequações de infraestrutura e reforço da rede elétrica e rede lógica, o que levou ao levantamento das necessidades e consequentes adequações na preparação das escolas para que os laboratórios recebam instalação de fibra óptica, do laboratório e dos multiterminais para atendimento ao setor administrativo, que deve ser próximo ao laboratório.</p> <p>Ajustes necessários entre as diferentes equipes de trabalho: realização dos serviços de implantação da fibra óptica; rede lógica e elétrica; vistoria dos serviços; entrega e instalação dos mobiliários, equipamentos de informática e periféricos para o funcionamento pleno dos laboratórios.</p>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, com base nos documentos PARANÁ (2001, 2003, 2005b; 2006c).

O volume de documentos de diferentes datas aponta modificações do projeto que, ao ser colocado em prática, passou a incorporar outras vozes que, ainda que não consultadas intencionalmente através de veículos formais, revelavam através das encenações da política, na prática, sua não linearidade, que vai se moldando de acordo com a prática.

O Programa Paraná Digital foi criado após a mudança do governo do Estado do Paraná, com alterações ideológicas e partidárias do governante e do Secretário da Educação, assim como dos principais cargos da SEED-PR.

O projeto inicial sofreu mudanças quando discutido pelo secretário e outros dirigentes com pessoas ligadas à Educação (professores, gestores e pesquisadores na área da Educação), sendo, desta forma, remodelado. Sob a influência dessas pessoas, o professor da Educação Básica da escola pública passou a ser considerado como alguém capaz de produzir materiais e compartilhá-los com seus colegas. E para que o acesso ao portal fosse possível, passou-se a viabilizar a implantação de um laboratório de informática em todas as escolas, pensado para uso prioritário dos professores, o que era viável devido à existência de um financiamento do BID, firmado ainda no governo anterior.

A garantia de agilidade na compra de equipamentos seria obtida por meio de um acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, desta forma, também influenciou o desenvolvimento do projeto, uma vez que passou a gerenciá-lo, e pode propor alterações em seu formato, conforme mencionado pelo coordenador do Portal (2003-2007):

Regularmente recebíamos a visita de consultores do PNUD, que tinham a missão de nos auxiliar na condução do projeto e no cumprimento do cronograma estabelecido. Quanto seria comprado, quanto teria que ser pago. Porque no PRD, desses 100 milhões de reais, eu diria que uma boa parte do dinheiro foi para infraestrutura, questão de cabeamento, compra de equipamentos, estrutura elétrica, compra de mobiliário, essa foi a questão mais cara, que era conduzida por uma pessoa indicada pelo próprio Secretário (Coordenador do Portal Dia a dia Educação 2003-2007, jun. 2013).

Pode-se observar, inclusive, que houve, de alguma forma, anuência desses organismos internacionais no formato do laboratório, pensado prioritariamente para os professores, pois:

O BID não queria projetos que levassem laboratório para a escola sem uma proposta pedagógica. E isso quem tinha éramos nós. Porque assim, a proposta era levar o laboratório para a escola pra que o professor pudesse preparar suas aulas (Coordenador do Portal Dia a dia Educação 2003-2007, jun. 2013).

Por outro lado, coube ao setor de informática da UFPR desenvolver um novo modelo de laboratórios e gerenciamento da rede, que originou economia na aquisição e gerenciamento desse laboratório. Imprescindível destacar que os projetos foram todos desenvolvidos em *software* livre, devido aos pesquisadores da UFPR serem precursores do movimento de *software* livre no Brasil. Inclusive, tendo um deles assumido cargo na Celepar, com a responsabilidade de desenvolver a estrutura do portal. Também a relação com outras instituições estatais merece ser destacada, pois a conexão dos laboratórios de todas as escolas à internet (ainda muito incipiente naquela época), só tornou-se possível porque a COPEL, empresa pública paranaense fornecedora de energia elétrica, aceitou este desafio.

Embora a empresa não divulgasse seu potencial, visto que, no governo anterior haviam se iniciado negociações em relação a sua privatização, a ciência da população quanto a sua capacidade de ampliação dos serviços poderia ser um complicador para sua venda. A visão do novo governador, expressa já durante a campanha à eleição, era de fortalecer e manter as empresas públicas paranaenses, contribuindo, desta forma, para que a empresa expandisse seu anel de fibra ótica e, assim, permitisse que todas as escolas fossem conectadas.

A formação dos professores para o uso desses equipamentos e produção de conteúdo a ser disponibilizado no portal ficou a cargo da expansão dos NTE, cujo texto não deixa explícito como ocorreria. Porém, como não houve consulta direta aos professores, atores responsáveis por interpretar a política, sobre sua opinião em relação ao projeto, essas vozes passaram a remodelar a política quando colocada em prática, ocasionando mudanças e redirecionamentos, pois é concretizada em diferentes lugares, sendo interpretada de acordo com as condições e visões de seus atores.

### Considerações finais

Em outubro de 2007, o projeto BRA/03/036 passou por nova revisão substantiva com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Projeto de cooperação técnica BRA/03/036, a fim de dar continuidade ao Projeto no pagamento dos valores já contratados, garantindo a conclusão de ações em andamento (PARANÁ, 2007c).

A justificativa apresentada no documento destaca o fato de o Projeto ter focado a 1ª fase de sua implantação “na estruturação e na instrumentalização tecnológica dos laboratórios de informática das escolas paranaenses, concluindo com a aquisição do Parque Tecnológico de 44 mil computadores – modelo multiterminal *'four head'* e sistema operacional LINUX” (PARANÁ, 2007c, p. 2) Esse investimento representou 80% do custo total do Projeto.

Sobre a segunda fase, o documento menciona que a SEED estabeleceu três linhas de ação que já haviam começado a ser praticadas: política, técnica e pedagógica, e sua continuidade requeria

[...] esforços para incorporar aspectos culturais, sociais e políticos à discussão e propor uma mudança no estilo de desenvolvimento e apropriação da comunidade educacional pelo parque tecnológico adquirido, bem como a aplicação de novas metodologias de ensino em sala de aula (PARANÁ, 2007c, p. 2).

Assim, é possível destacar que a SEED e as instituições vinculadas reestruturaram a política educacional de formação e/ou qualificação profissional dos trabalhadores da Educação, agregando as seguintes ações, tendo como ambiente de interface o uso dos laboratórios do Paraná Digital:

- a) Portal Educacional/Folhas/Objetos de Aprendizagem Colaborativa – OACs
- b) Pendrive e TV em sala
- c) Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE
- d) Educação a Distância – EaD
- e) TV Paulo Freire (PARANÁ, 2007c, p. 2).

O Portal e os OAC já estavam no projeto inicial, Projeto BRA/03/036; os outros itens foram posteriormente agregados, sendo modificados após a política ter sido colocada em prática, pressionando mudanças no projeto inicial.

Tendo em vista que, como citado anteriormente, o contexto da produção do texto articula-se à linguagem do interesse público, cujos textos políticos estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral, os resultados da presente pesquisa mostram que os textos do PROEM relacionam-se com o texto do Projeto BRA/03/036, influenciando sua escrita, para que pudessem ser cumpridos os acordos firmados pelo PROEM. O texto da política reflete as vozes dos técnicos que envolveram os coordenadores e pessoas ligadas ou que compunham as equipes de cada um desses eixos.

E ainda, levando em consideração que o contexto da produção do texto refere que os textos políticos têm implicações concretizadas no contexto da prática, concluímos que, embora o texto inicial revele que não houve espaços de discussão no princípio, e seu estilo é mais técnico, a fim de atender as exigências para financiamento do projeto; observou-se que houve, além do Plano de implementação para instalação, aquisição, atualização de equipamentos de informática pedagógica e administrativa para a rede de Educação Básica do Estado do Paraná (2009) e do Relatório inicial do PROEM, quatro pedidos de prorrogação de prazo do PROEM: nov. 2001; out. 2003; nov. 2005; set. 2006; 4 relatórios parciais do PROEM: mai. 2005; abr. 2006; mar. 2007 e set. 2007; 1 relatório final do PROEM de 2006. Relacionados diretamente ao Programa Paraná Digital, além do Projeto BRA/03/036, foram produzidas duas revisões substantivas do PRD: out. 2006 e out. 2007. Portanto, o texto inicial da política sofreu várias modificações, que alteraram o projeto inicial devido, principalmente, à dificuldade no cumprimento dos prazos e a diferentes demandas que surgiram ao longo de seu desenvolvimento. Também devido ao contexto da prática, quando a política foi efetivada e ecoaram as vozes de outros atores que não foram ouvidos no contexto da produção do texto.

Apoiando-se em Souza (2016, p. 76), reconhece-se o campo em que a política “política se traduz predominantemente na luta por poder”, e que “a tensão em conquistá-lo, mantê-lo e ampliá-lo compõe o contexto dos conflitos que ganham espaço na relação entre as demandas sociais por educação e o posicionamento do Estado diante destas demandas, seja atendendo-as ou não”.

Desta forma, destaca-se a importância do contexto da produção do texto dentro da metodologia do ciclo de políticas para a análise do Programa Paraná Digital, por permitir compreender importantes modificações que ocorrem na política por meio de um processo cíclico e não linear, em que disputas e embates garantem dinamicidade ao processo, de forma que a política seja constantemente res(significada) e re(construída).

## Referências

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

Coordenadora Geral do PROEM 2003-2007; Entrevista escrita concedida a Maria Ivete Basniak, Curitiba, jun. 2013.

COORDENADOR do Portal Dia a dia Educação 2003-2007. Entrevista concedida a Maria Ivete Basniak. Curitiba, jun. 2013.

GOVERNADOR do Estado do Paraná 2003-2009. Depoimento concedido a Maria Ivete Basniak, União da Vitória, jul. 2013.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, jan./abr. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>

MAINARDES, J. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.

MAINARDES, J.; GANDIN, L. A. A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. P. (Org.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013a. p. 143-168.

MAINARDES, J.; GANDIN, L. A. Contributions of Stephen J. Ball to the research on educational and curriculum policies in Brazil. **London Review of Education**, v. 11, n. 3, p. 256-264, 2013b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14748460.2013.840985>

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302009000100015>

MAINARDES, J.; STREMEL, S. **Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas**. 2015. Disponível em: <[www.uepg.br/gppepe](http://www.uepg.br/gppepe)>. Acesso em: 16 fev. 2017.

PARANÁ. Decreto n. 5111 de 19 de julho de 2005. Estabelece diretrizes para o licenciamento de programas de computador de titularidade de entidades da Administração Estadual, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 19 jul. 2005c.

PARANÁ. **Plano de implementação para instalação, aquisição, atualização de equipamentos de informática pedagógica e administrativa para a rede de educação básica do Estado do Paraná**. Curitiba [2003?].

PARANÁ. **Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - Empréstimo BID nº 0950-oc/BR**: proposta de prorrogação dos prazos de comprometimento e de desembolsos dos recursos do empréstimo BID. Curitiba, 2001.

PARANÁ. **Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - Empréstimo BID nº 0950-oc/BR**: proposta de prorrogação dos prazos de comprometimento e de desembolsos dos recursos do empréstimo BID. Curitiba, 2003.

PARANÁ. **Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná**: Relatório de Atividades de 2004. Curitiba, 2005a.

PARANÁ. **Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - Empréstimo BID nº 0950-oc/BR**: proposta de prorrogação dos prazos de comprometimento e de desembolsos dos recursos do empréstimo BID. Curitiba, 2005b.

PARANÁ. **Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná**: Relatório de Atividades de 2005. Curitiba, 2006a.

PARANÁ. **Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - Empréstimo BID nº 0950-oc/BR**: proposta de prorrogação dos prazos de comprometimento e de desembolsos dos recursos do empréstimo BID. Curitiba, 2006c.

PARANÁ. **Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná**: Relatório de Atividades de 2006. Curitiba, 2007a.

PARANÁ. **Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná**: Relatório de Atividades de 2007. Curitiba, 2007b.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Programa PROEM**. Curitiba, 1997.

PARANÁ. **Projeto BRA/03/036**: Revisão Substantiva Simplificada. Curitiba, 2007c.

PARANÁ. **Relatório Final de Projeto**: Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná – PROEM. Curitiba, 2006b.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Projeto BRA/03/036 Educação Básica e Inclusão Digital no Estado do Paraná**. 2009. Disponível em: < <https://erc.undp.org/evaluation/documents/download/3837>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

SECRETÁRIO da Educação 2003-2008. Entrevista concedida a Maria Ivete Basniak. Curitiba, jan. 2014.

SILVA, A. A. S.; SILVA, C. A. Uso da abordagem do ciclo de políticas no Brasil: metodologia ou epistemologia? Ponência. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA. 2., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2014.

SOUZA, A. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75-89, jan./jun. 2016.

VIEIRA PINTO, A. **O conceito de tecnologia**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Recebido: 19/11/2017

Versão corrigida recebida: 02/03/2018

Aceito: 05/03/2018

Publicado online: 12/03/2018

---

#### **Maria Ivete Basniak**

Graduada em Matemática pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, Mestre em Métodos Numéricos em Engenharia pela Universidade Federal do Paraná (2009) e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2014). É professora adjunta da Universidade Estadual do Paraná, Campus de União da Vitória.

#### **Maria Tereza Carneiro Soares**

Graduada em Licenciatura em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1976), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1988) e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (1995). É professora associada da Universidade Federal do Paraná.